



# Patrimônio histórico cultural: preservar ou transformar? Uma questão conflituosa

Erivania Azevedo Lopus<sup>1</sup>

---

<sup>1</sup>Mestranda em História Social da Cultura Regional pela UFRPE e professora de História da rede pública de ensino de Pernambuco.  
E-mail: erivania.lopis@hotmail.com

Cultural historical  
patrimony: preserving  
or transforming? A  
conflict issue

DOI: 10.12660/rm.v8n12.2017.65461

**Resumo:**

Atualmente o conceito de patrimônio tem sido frequentemente discutido em nossa sociedade. Tanto por diferentes esferas sociais, quanto pelos órgãos de preservação. Isto acontece devido à urgência na salvaguarda de determinados elementos patrimoniais, como também pela recorrente destruição de monumentos/documentos devido às “necessidades” da modernidade. Como entender essa relação tão conflituosa entre o preservar e o transformar? Faz-se mister debater as relações entre o urbanismo – que possui sua própria dinâmica, típica das sociedades modernas – e os elementos patrimoniais que são a representação simbólica de uma identidade, devem coexistir de maneira harmônica para a construção de uma sociedade que cresce e se transforma, mas que também preserva sua memória e sua história enquanto povo.

**Palavras-chave:** Patrimônio, Preservação, Transformação.

**Abstract:**

Today, the concept of equity has often been discussed in our society. Both by different social spheres, and by the preservation agencies. This is due to the urgency of safeguarding certain heritage features, as well as by the recurrent destruction of monuments / documents due to the "needs" of modernity. How can we understand this very conflictual relationship between preserving and transforming? It is necessary to discuss the relations between urbanism - which has its own dynamics, typical of modern societies - and the patrimonial elements that are the symbolic representation of an identity, must coexist in a harmonious way for the construction of a society that grows and Transforms, but also preserves its memory and its history as a people.

**Keywords:** Heritage, Preservation, Transformation.

*“[...] o patrimônio deve contribuir para revelar a identidade de cada um, graças ao espelho que ele fornece de si mesmo e ao contato que ele permite com o outro”*

*(Dominique Poulot)*

## Introdução

O presente artigo pretende contribuir para o debate acerca das questões patrimoniais e seus conflitos que transitam entre a preservação e a transformação de seus bens/monumentos. Os objetos patrimoniais históricos e culturais, que podem ser tanto materiais quanto imateriais, dividem opiniões quanto à salvaguarda e a alteração, seja em composição ou em significação.

Presente na cultura de diferentes sociedades, considerado como elemento unificador e identitário das mesmas, o patrimônio histórico compõe parte de uma cultura que não é um mero reflexo, mas sim uma instância em si mesma a ser considerada em sua dinamicidade. Partindo desta premissa, entendemos que a realidade é apreendida mediante as tradições culturais estabelecidas e as mudanças sociais e econômicas não agem sobre seres humanos que sejam desprovidos de conhecimento construído e vivência, pelo contrário, atuam sobre indivíduos portadores de tradições culturais estabelecidas de um constitutivo simbólico.

A Constituição dos patrimônios históricos e artísticos é prática característica dos Estados modernos. Definido pelo valor que lhe é atribuído enquanto manifestações culturais e enquanto símbolos da nação, esses bens passam a ser dignos de proteção, em “um inventário dos lugares onde ela (a história) se encarnou” (Hartog, 2013), visando a sua difusão para as gerações futuras e o entendimento do ser e da história em seu próprio tempo.

O elemento patrimonial cultural deve estar atrelado ao seu contexto de um passado histórico e social, não como um artefato isolado, como vem sendo praticado por algumas sociedades que isolam o bem histórico de seu contexto, para “preservá-lo” em um museu ou instituição. Atualmente entendemos que os artefatos mudam de função ao longo do tempo. Essa mudança advém de alterações nos costumes, como consequência dos ideais de modernidade, da implementação do “estilo de vida moderno” e pelo processo de ressignificação de espaços que possuem bens/monumentos patrimoniais.

Hoje, preserva-se muito em atendimento às reivindicações do turismo e não para perpetuar a memória. São criados cenários exóticos que, em muitas ocasiões, chegam à artificialidade, culminando em um preservacionismo cultural de conveniência.

Desta forma, propomos esse debate de ideias para a contribuição do debate acerca da ação ideal para o patrimônio, seja para a preservação ou para a transformação.

## Patrimônio Histórico Cultural, em meio a Conceitos e a Urgência do Sentimento de Preservação

Os chamados patrimônios históricos culturais têm, nas modernas sociedades ocidentais, a função de representar simbolicamente a identidade e a memória de uma nação. O pertencimento a uma comunidade nacional é produzido a partir da ideia de propriedade sobre um conjunto de bens culturais: relíquias, monumentos, cidades históricas, entre outros. Daí o termo patrimônio cultural (Silva, 2000).

A utilização do elemento patrimonial como um componente de presentificação de uma identidade ou nacionalidade, enfatizando sua importância histórica e seu lugar na memória de um povo, é muito citado e discutido, tanto pelas instituições de preservação, quanto pela academia. Nessa perspectiva, Antônio Gilberto Nogueira enfoca:

Na luta permanente pela representação da nação, as noções de modernidade e tradição, universal e particular articulam-se nas diversas narrativas preservacionistas em constituição nos anos 1930 e 1940. Tais ideias encontram nos bens arquitetônicos selecionados a materialidade do qual esses bens são revestidos, presentifica-se no espaço e no tempo, os lugares da memória nacional (Nora, 1984). Ao reitificar a história da nação a esses bens é atribuído o conceito monumento/documento (Le Goff, 1992) que, de um lado, revela a abordagem histórica na forma tradicional e, de outro, sinaliza para a hegemonia do grupo de arquitetos no engendramento das representações da nação. (Nogueira, 2005, p. 220)

O discurso elaborado para justificar a constituição e o desenvolvimento das políticas públicas de preservação está pautado em políticas de preservação que se propõem em atuar, basicamente, no nível simbólico, tendo como objetivo reforçar uma identidade coletiva, a educação e a formação de cidadãos.

Mas afinal de contas, o que é Patrimônio Histórico?

O patrimônio é o símbolo de uma vivência que é temporária, mas que se torna eterna através de seus bens/monumentos, traz em si um elemento identitário muito forte, construindo um conjunto de imaginários que nos diz quem somos, de onde viemos e para onde queremos ir. Faz-se necessário perceber que o patrimônio não é só um bem em si, mas também o uso que aquele bem tem para a perpetuação da memória de uma coletividade, pois o patrimônio histórico não é algo concreto somente, é algo também subjetivo, cheio de significado.

Neste cenário, a memória desempenha um importante papel, pois presentifica, através de suas lembranças e de seu patrimônio, o já vivido. Porém, a falta de conscientização sobre o real valor do patrimônio, por parte setores da sociedade, considera o “tombamento” como prejuízo financeiro. Aliás, a exploração do turismo, motivada por interesses financeiros tem contribuído para a intensificação de ações de restauração e de

ressignificação (novo uso) de monumentos históricos.

O patrimônio histórico, imbuído de subjetividade e vivência social, contribui para a percepção da identidade. E por via dele também, constrói-se um conjunto de imaginários que nos dizem quem somos, de onde viemos e para onde queremos ir. Choay (2006) destaca em sua obra, *A Alegoria do Patrimônio*, a perspectiva do patrimônio como uma alegoria, pois o monumento é visto como um elemento concreto que representa uma ideia abstrata, o sentimento de identidade de um povo.

A especificidade do monumento deve-se precisamente ao seu modo de atuação sobre a memória. Não apenas ele a trabalha e a mobiliza pela mediação da afetividade, de forma que lembre o passado fazendo-o vibrar como se fosse presente. Mas esse passado qualquer: ele é localizado e selecionado para fins vitais, na medida em que pode, de forma direta, contribuir para manter e preservar a identidade de uma comunidade. [...] Para aqueles que edificam, assim como os destinatários das lembranças que veiculam, o monumento é uma defesa contra o traumatismo da existência, um dispositivo de segurança. (CHOAY, 1996, p.18)

Estudiosos discutem sobre a partir de quando o elemento patrimonial tornou-se presente nas comunidades. Muitos defendem a premissa de que o patrimônio seria inerente às sociedades humanas desde sempre. O patrimônio faz parte de um fenômeno histórico e, quando dizemos históricos, admitimos necessariamente uma gênese ou origem de práticas sociais localizadas no tempo e no espaço.

Isto posto, entendemos que o patrimônio é uma das peças que compõem as questões relevantes aos processos urbanísticos, pois os problemas do patrimônio são indissociáveis dos problemas do urbanismo, são parte de uma situação e não podemos entendê-lo de forma isolada um do outro.

A perspectiva de valorização patrimonial passou por diferentes períodos históricos e atuou de forma diversa em sociedades distintas. Após a Segunda Guerra, veio a preocupação em salvaguardar bens culturais e identitários, pois estes eram sinônimo de vínculo social, de uma herança deixada por seu povo, contribuindo para a construção de uma identidade nacional.

Este cenário, retratado por Dominique Poulot em seu texto *Um Ecossistema do Patrimônio*, ressalta a construção dessa identidade nacional, pelo patrimônio, como também a ideia crítica de patrimônio na pós-modernidade.

A nação torna-se a encarnação por excelência da patrimonialidade, absorvendo, por assim dizer, no seu princípio, toda a recepção dos objetos culturais do passado. A apropriação se dá na forma de uma comunidade imaginária, e a proteção do patrimônio é geralmente acompanhada da crença em um progresso. (POULOT, 2008, p:30)

## 14 Patrimônio histórico cultural: preservar ou transformar? Uma questão conflituosa

A preocupação em reutilizar os lugares históricos, teve grande aceitação devido a Era Industrial, pois nesse período vigorava a perspectiva que o patrimônio (bens/lugares/construções históricas) precisavam ser modernizadas. Já o período do renascimento trouxe uma nova ótica, pois a ideia de patrimônio começou a ser atrelada a perspectiva de beleza.

Entende-se que a preocupação com a defesa e a preservação dos elementos patrimoniais veio primeiro na Europa, pois os intelectuais humanistas preocupavam-se com a catalogação de tudo o que fosse antigo, incluindo objetos e edifícios. Estes intelectuais vieram inaugurar o que se chamava “Antiquariado”.

Com o tempo, houve um crescimento nas ações e empreendimentos patrimoniais, como um maior entendimento dos cidadãos de sua participação efetiva nas sociedades democráticas. A isto se deve, segundo Poulot, a uma reprodução do ideal da cidadania e da identidade no âmbito das sociedades democráticas. Uma participação ativa de elementos sociais perante o monumento (seja no museu ou em seu território/espaço) que evoca sua memória e reafirma sua noção de pertencimento.

A política patrimonial brasileira é construída até os dias atuais de forma lenta e gradual. Elaborada por grupos de intelectuais que perceberam a necessidade de mudanças políticas e culturais, referentes à preservação do patrimônio. Maria Cecília Londres Fonseca, em seu livro *O Patrimônio em Processo*, relata como a política federal de preservação no Brasil efetiva-se no final dos anos 30.

Destacamos aqui, momentos essenciais para a ampliação do conceito de patrimônio e sua efetiva aplicabilidade: em 1937, foi criado o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), destinado à defesa do patrimônio histórico e artístico. A constituição de 1988, no artigo 216, coloca como existente o patrimônio material e imaterial e especifica suas singularidades. Em 1990, surgiu o Instituto Brasileiro do Patrimônio Cultural, tempos depois, nomeado de IPHAN. Em 2000, se instituiu o registro de itens do patrimônio imaterial, como coisas que se reconhece como parte do seu patrimônio cultural. Em 2003, o patrimônio é definido de forma mais ampla, em suas práticas e objetos. Fonseca destaca também como se dá o processo de descentralização da política de preservação e os avanços na salvaguarda de centros históricos e documentos.

Nesse processo de construção da política patrimonial Brasileira, a discussão enfocando a importância de preservar seu patrimônio imaterial é ampliada, propondo valorizar as pessoas que compõem a cultura popular. As práticas culturais que sofrem mudanças, em nossa atualidade, precisam de políticas de autenticidade, salvaguarda e preservação desse patrimônio. Essa preocupação com a cultura popular ressalta a importância do folclore. “É o redescobrimto da identidade do Brasil, através da cultura popular, o folclore” (Oliveira, 2008).

O Centro Nacional de Folclore e Cultura Popular, que foi criado em 1958 para pesquisar, documentar e divulgar a cultura popular brasileira, hoje integra a estrutura do IPHAN, e é o órgão responsável pelos procedimentos de registros de bens culturais do

patrimônio imaterial.

Primeiro momento da preservação patrimonial brasileira seguiu uma concepção de política cultural de “Pedra e Cal”. Pois, para estes intelectuais, era urgente a preservação de elementos patrimoniais arquitetônicos. Principalmente os do período colonial brasileiro. Nesse período, chamado de 1º Momento da Preservação Patrimonial, predominou a perspectiva estética sobre qualquer outra.

Os pioneiros do IPHAN, com apoio da elite culta, criaram a consciência nacional que deu suporte a uma prática de proteção ao patrimônio baseada no tombamento (tombar significa inventariar ou inscrever nos 4 livros de tomo). Eles eram os porta-vozes da sociedade brasileira e agiam em nome do interesse da nação. Assim como nos tempos atuais, os opositores eram quase sempre prefeitos, governadores, com a adesão de padres e de esferas populacionais, que não tinham consciência do valor das casas que moravam ou dos prédios públicos.

Nas preleções dos “intelectuais do patrimônio”, que produzem a ideia de identidade nacional, a nação se faz representar por seu patrimônio e este exprime sua identidade, sua memória. Assim, o patrimônio cultural passa a ser julgado por sua “autenticidade”, isto é, ser mais ou menos próximo daquilo que significa. Esta perspectiva culmina diretamente no que chamamos de a “retórica da perda”, a ameaça da destruição, o que levaria à perda da identidade, da memória brasileira. Por isso, a necessidade em resgatar valores, o que seria autêntico por estar mais próximo daquilo que significava, através da preservação de seus monumentos, seus bens patrimoniais reconhecidos como tal.

Ainda na década de setenta, a Fundação Nacional Pró-memória, na liderança de Aloísio Magalhães<sup>1</sup>, cunhou o termo “Patrimônio Cultural Não-Consagrado” para se referir a manifestações não reconhecidas até então como bens culturais. Isso indicava já naquele período um alargamento do sentido do patrimônio. Pois, para determinadas comunidades existem patrimônios históricos e culturais que são referências de identidade e de valor cultural, não obtiveram o mesmo reconhecimento das instituições que cuidam da identificação e preservação dos elementos patrimoniais. Contudo, esta perspectiva ainda não obteve total aceitação, pois mesmo nos dias atuais, muitos reconhecem como patrimônio apenas os monumentos/bens patrimoniais que foram oficialmente denominados como tal.

Nos dias de hoje, os discursos sobre patrimônio enfatizam seu caráter de construção ou invenção, derivado das concepções antropológicas de cultura, que passa a ser tomada como sistema simbólico, como estruturas de significado pelas quais os homens orientam suas ações. Vale notar que, em vez da ideia de autenticidade – originalidade e permanência – que guiava o campo da preservação, agora são tomadas como parâmetro as noções de

---

<sup>1</sup> Aloísio Magalhães, advogado e museólogo pernambucano, formou o CNRC – Centro Nacional de Referência Cultural, dirigiu a Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional e a Fundação Nacional Pró-Memória. Promoveu uma expansão da ideia de patrimônio, pois valorizava não só os bens móveis e imóveis, mas também o fazer popular cotidiano, que são dinâmicos e por isso denominados por eles de bens culturais vivos.

referência cultural e de continuidade histórica.

### **O Antigo dá Lugar ao Novo: A Transformação de Bens Patrimoniais, uma Alternativa ou “O Fim”?**

Em nossa atualidade, falar sobre patrimônio é tocar em uma temática polêmica, pois as ações de diversos interesses, advindas de diferentes esferas sociais entram em conflito quando se trata do binômio preservação/permanência e transformação/destruição. Muitos estudiosos destacam o elemento de “manipulação do passado” (Funari, 2001), através de um gerenciamento do patrimônio, no qual o que é preservado é apenas acessível para alguns poucos. Esse fato constrói, de maneira simbólica, uma reelaboração da perspectiva do patrimônio e da sua necessidade de preservação, onde os excluídos do poder, também estão à margem das decisões acerca da salvaguarda patrimonial.

O anseio das elites brasileiras pelo “progresso” tem sido demonstrado pela busca da tradição modernista de enfatizar o novo, pois o moderno, qualquer que seja é melhor do que o antigo. Como ressalta Funari, é uma “luta contra a lembrança materializada”. Em cidades como Rio de Janeiro e São Paulo, que são o reflexo do que acontece no resto do país, monumentos antigos sofreram degradações tanto ideológicas quanto físicas, para dar lugar a novas construções. O ideal de modernidade está presente no desejo de governantes e dos habitantes de determinadas regiões. Funari, citando Guiomar de Grammont, destaca:

A distância entre as autoridades e o povo é a mesma daquela entre a sociedade civil e o passado, devido à falta de informação, ainda que os habitantes das cidades coloniais dependam do turismo para sua própria sobrevivência. Quem são os maiores inimigos da preservação dessas cidades coloniais? Em primeiro lugar, a própria administração municipal, não afetada pelos problemas sociais e ignorante das questões culturais em geral mas, às vezes, os moradores também, inconscientes da importância dos monumentos. (Gramonte apud Funari, 2001, p. 3)

Como foi citado acima, o autor destaca a “deterioração” do patrimônio das cidades coloniais, mas esses mesmos eventos ocorrem em outras cidades que não tem o elemento patrimonial colonial presente. A busca pela modernidade contribui, em alguns casos, para a transformação do espaço urbano, em que não há espaço para o patrimônio, a tradição.

A degradação dos monumentos e a apatia populacional, com relação a esses eventos, em muitas situações são fruto do não reconhecimento daquela realidade enfocada pelo monumento como sendo sua, pois preserva-se o monumento de elite e a produção cultural popular pode ser esquecida, por tanto, passível de destruição.

Discutindo sobre a perspectiva do moderno e sua influência nos monumentos históricos, Alois Riegl destaca que toda atividade humana das quais nos ficamos



testemunhos, pode ambicionar a ter valor histórico, porém o grande número de acontecimentos e de elementos que o representam faz com que seja necessária uma seleção desses elementos significativos.

[...] Porém, como não nos seria possível considerar a massa imensa de acontecimentos, dos quais foram conservados testemunhos mediatos ou imediatos e cuja quantidade aumenta ao infinito a cada instante, fomos obrigados a limitar a nossa atenção apenas aos testemunhos que nos parecem representar etapas mais evidentes no processo de evolução de um determinado ramo da atividade humana. (Riegl, 2014, p.32)

Nesta perspectiva, Riegl argumenta que é imperativo que determinados testemunhos/monumentos sejam considerados mais significativos que outros, por representar etapas mais “evidentes/importantes” da atividade humana. Essas evidências presentificam-se no valor histórico e também artístico do objeto/monumento. Existe um valor de arte nos monumentos e esse elemento é essencial para a luta por sua salvaguarda.

Para a nossa tarefa, torna-se uma condição muito importante esclarecer completamente essa diferença quanto à essência do valor da arte, pois, para a preservação dos monumentos, esse princípio orientador terá uma influência decisiva. Se não existe um valor eterno, mas apenas um relativo, moderno, o valor da arte de um monumento não é mais um valor de memória, mas um valor de atualidade. (Riegl, 2014, p.36)

A influência do valor de arte na preservação dos monumentos é característica da modernidade. Porém, o valor de memória do monumento que está relacionado à representação do tempo transcorrido desde a origem daquele objeto, revelando seus traços de antiguidade. Essa concepção de monumento histórico, segundo Riegl, é um elemento subjetivo, apesar de tratar-se de um objeto sólido. E essa classificação subjetiva reduz o objeto a “um mal necessário”, pois representa significativamente um determinado evento histórico, uma lembrança expressiva de um determinado grupo social.

Frente a essas perspectivas de valor histórico e de memória, valor de arte, o moderno e o antigo faz-se mister uma nova compreensão do que é patrimônio. É necessário “desfazer conceitos”, pois como destaca (Canclini, 1999), está consagrada nos discursos relativos ao patrimônio, uma perspectiva preservacionista e conservacionista, vinculado a perspectiva de restauradores, arqueólogos e historiadores, sempre buscando preservar o passado. Todavia, a modernidade vinculou o patrimônio a outros conceitos. Como: o turismo e o desenvolvimento urbano. Em sua maioria, esses termos são mencionados como adversários do patrimônio, por algumas vezes promoverem agressão ao elemento patrimonial. Uma das questões causadoras dessa perspectiva, está no fato de que muitas teorias de oposição, consideram o patrimônio alheio ao desenvolvimento urbano, o que é um grande equívoco.

Diante desses pontos, cresce uma movimentação de ideias de redefinição e “reconcentração” dos discursos referidos ao patrimônio cultural, pois discutir questões

patrimoniais também é uma necessidade das sociedades atuais, que relacionam os usos sociais desses monumentos de acordo com as necessidades da contemporaneidade. Inicialmente, uma grande questão – a qual já discutimos anteriormente – precisa ser superada. Trata-se da forma hierárquica dos capitais culturais, pois existe uma antropologia da cultura que confere legitimidade a todas as formas culturais da vida social, só que de forma hierárquica, privilegiando determinados objetos patrimoniais de elite, em detrimento da cultura popular.

As diferenças regionais e setoriais contribuem para essa disparidade, já que há uma apropriação privilegiada de determinadas localidades por possuir informação e formação para compreender e controlar melhor a dinâmica das questões patrimoniais. Desta forma, o patrimônio serve como recurso para reproduzir as diferenças entre grupos sociais. E sendo o patrimônio, um elemento de disputa econômica, política e simbólica, este elemento está “cruzado” pela ação de três agentes: o setor privado, o estado e os movimentos sociais. Muitas vezes, as contradições relativas ao uso do patrimônio, tem a marca da interação entre esses setores, que tentam se sobrepujar um ao outro em diferentes períodos.

Especificamente tratando do uso que o setor privado faz do patrimônio, Canclini destaca a sua eterna preocupação com a acumulação de capital.

La acción privada respecto Del patrimonio está regido, igual que em otros ámbitos, por lãs necesidades de acumulación econômica y reproducción de La fuerza de trabajo. A menudo, esta tendencia lleva a La explotación indiscriminada Del ambiente natural y urbano, La expansión voraz de La especulación inmobiliaria y El transporte privado, em detrimento de lós bienes históricos y Del interés mayoritario. Pero como no hay um solo tipo de capital, tampoco existe uma sola estrategia privada respecto Del patrimonio. (CANCLINI, 1999, p.20)

Esse tipo de ação promovida pelo setor privado leva a exploração indiscriminada do ambiente natural e urbano, traduzindo-se na especulação imobiliária em detrimento dos bens históricos. As ações mais destrutivas do setor privado ocorrem quando não existem políticas públicas que definem e regulem o desenvolvimento econômico e estabeleçam um marco gera para o desempenho de cada setor em suas ações relativas ao patrimônio. Entretanto, a ação privada não pode ser vista somente como destrutiva. Existem grupos em seu cerne que apreciam o valor simbólico do patrimônio, pois este incrementa o valor econômico.

O Estado possui uma relação ambivalente com relação ao patrimônio, pois por um lado o valoriza e o promove como elemento integrador de sua nacionalidade, além da utilização da ação do estado na restauração de centros históricos e na criação de museus e espaços dedicados a preservação da memória para sua utilização como elemento ideológico unificador. Mas a utilização do uso indiscriminado do patrimônio para fins turísticos compõe o lado preocupante da ação deste setor com relação à preservação do objeto monumento.

O Estado, ainda é responsável pelas políticas públicas relacionadas à preservação dos elementos patrimoniais. Neste ponto, Antônio Gilberto aponta para a manipulação e uso político da cultura e da preservação patrimonial na atuação do Estado.

Toda política cultural é essencialmente uma política pública: conceituada como um conjunto articulado e fundamental de decisões, programas, metas, recursos e princípios filosóficos, políticos e doutrinários que instrumentalizam a intervenção do estado (Falcão, 1984). Por conseguinte, política pública é, antes de tudo, uma opção por determinada ideologia cultural. Com relação às políticas públicas de preservação do patrimônio histórico, seja no âmbito federal como no estadual e municipal, estas ações guardam sempre a marca da improvisação e da empiria, ou da manipulação e do uso político da cultura (Nogueira, 2005, p. 222).

O uso do patrimônio passou a ser parte dos movimentos sociais recentemente, pois durante muito tempo cometeu-se o equívoco de julgar que a luta por preservar os monumentos era prática dos grupos de direita. Contudo, os movimentos sociais passaram a se preocupar com o resgate de seus monumentos, sua história e com o desenvolvimento do espaço urbano, motivados pela urbanização descontrolada e a depredação ecológica. Canclini alerta para o fato de ser observado o peso de cada uma dessas esferas, como resultado de seu grau de participação nos diferentes setores na apropriação desses bens.

As práticas urbanísticas e sua evolução ao longo dos tempos culminaram na problemática da convivência entre o desenvolvimento urbano e a proteção aos elementos patrimoniais, que em muitas cidades dividem o mesmo espaço. Durante o século XX, novos conceitos e perspectivas surgiram para o ordenamento do espaço urbano. O CIAM (Congresso internacional de Arquitetura Moderna) promoveu através de assembleias e discussões com profissionais da área o fomento para novas perspectivas relacionadas a essa convivência conflituosa.

Uma dessas perspectivas a serem trabalhadas como uma nova ideologia urbanística veio a partir da Carta de Atenas, de 1933, redigida pelo arquiteto Le Courbusier. A carta de Atenas propaga em seus pontos iniciais que a cidade é apenas um componente de um todo econômico, social e político, configurada em um plano regional. Já no que corresponde ao patrimônio histórico, ela enfatiza:

Serão salvaguardadas se constituem a expressão de uma cultura anterior e se correspondem a um interesse geral. (...) Nem tudo o que é passado tem, por definição, direito à perenidade; convém escolher com sabedoria o que deve ser respeitado. Se os interesses da cidade são lesados pela persistência de determinadas presenças insígnias, majestosas, de uma era já encerrada, será procurada a solução capaz de conciliar dois pontos de vista opostos: nos casos em que esteja diante de construções repetidas em numerosos exemplares, algumas serão conservadas a título de documentário, as outras demolidas; em outros casos poderá ser isolada a única parte que constitua

uma lembrança ou um valor real; o resto será modificado de maneira útil (Carta de Atenas, 1933, p.25).

Através deste trecho, podemos perceber que no que tange a questões do patrimônio histórico, o CIAM expressou a ideia de que o patrimônio deve ser preservado a 'título de documentação', desde que sua permanência não se sobrepusesse ao bem-estar da sociedade. Os monumentos tinham que ter uma existência útil, o que não deveria ser eliminado.

Desta forma, para qualificar o significado e importância histórica de determinado monumento, é preciso o envolvimento de um grupo interdisciplinar, que discuta e conclua com seus pares, de forma criteriosa sobre a ação ideal para aquele objeto monumento. Equívocos praticados pela maioria dos centros urbanos brasileiros, onde é mantido o acervo de edificações ou objetos significativos que conta a história das elites, tem que ser evitados, por isso, a participação de um grupo diverso.

Algumas discordâncias quanto à preservação de elementos do patrimônio histórico, também suas formas de incentivo e a função que são atribuídas a esses bens são comuns atualmente. Um elemento fomentador destas questões trata-se do crescimento do turismo que trouxe efeitos negativos e positivos ao patrimônio. Alguns elementos patrimoniais foram fechados à visitação por estarem degradados e não estarem de acordo com a estética moderna. Além do fato de existirem medidas apelativas de interesse turístico que contribuem para a descaracterização do conjunto arquitetônico ou da paisagem com reconstruções, transferência de elementos, simulações, provocando a distorção da realidade histórica. Porém, em muitos casos o turismo gera um incentivo a preservação patrimonial, pois exigem medidas emergenciais para a preservação de determinados bens.

A partir dessas diferentes perspectivas apresentadas até agora, como a população pode entender esses problemas relacionados ao patrimônio e seu embate com a modernidade? Como participar para contribuir para a convivência harmônica entre o monumento e o crescimento urbano? Uma das estratégias que podem ser usadas para tentar diminuir esses embates e alcançar essa convivência harmônica corresponde ao Estatuto das Cidades e aos Planos Diretores. É uma oportunidade para o administrador local e os cidadãos, argumentarem e decidirem soluções mais justas relativas ao patrimônio e as possíveis intervenções no território em questão. A participação popular, através da consulta pelo poder público é imprescindível para a implementação de empreendimentos que correspondam ao alcance do progresso almejado e a salvaguarda de seus bens, preservando assim seus elementos significativos e identitários.

## Conclusão

Atentar para a urgência da preservação patrimonial é o que muitos estudiosos e instituições de preservação propõem como fundamental para a existência e sobrevivência de

uma identidade singular. Contudo, essa perspectiva de preservação tem esbarrado na falta de informação, no não reconhecimento do real valor do patrimônio e nas recorrentes tentativas (muitas vezes com sucesso) de transformar o elemento patrimonial para corresponder aos interesses da dita modernidade, do desenvolvimento urbano e do capital.

As análises feitas sobre o impacto das transformações dadas aos elementos patrimoniais, devido aos ideais de modernidade, em sua maioria são mais usadas aos monumentos arquitetônicos, pois sua presença é concreta em um determinado espaço que está sendo objeto de disputa para a manutenção ou transformação, tanto no que corresponde a sua característica física, quanto ao seu valor simbólico. Porém, essas questões interferem nos elementos patrimoniais como um todo, seja ele material ou imaterial. Os diversos usos e significações dadas aos elementos patrimoniais influenciam no imaginário das pessoas que fazem parte daquele contexto espacial e histórico.

O setor privado ou o Estado – através de uma incipiente política pública - interferem na preservação dos monumentos, promovendo em determinados casos a transformação irresponsável do bem, dando novo uso aos elementos patrimoniais que possam denegrir seu valor perante a comunidade em questão.

A dicotomia permanência e transformação é uma constante quando se trata da temática patrimonial, pois em muitos casos, o tombamento que é considerado um prejuízo financeiro, dá lugar a preservação de apenas um elemento isolado – que será utilizado como registro/documento de um determinado tempo e espaço – considerado mais significativo de que outros, retirando de seu contexto histórico e espacial, e conseqüentemente deteriorando o seu valor enquanto patrimônio.

Mas como avaliar a necessidade da existência de um elemento concreto, mas também simbólico, que permeia o imaginário de um povo? Como não se render a beleza do novo e sem deixar deteriorar o antigo? Essa discussão requer debates constantes em prol da solução para essas questões. Administração pública, órgãos de preservação, população e intelectuais de diversas áreas têm que manter um diálogo contínuo, objetivando a permanência de seus elementos identitários, que contam sua história através de seus bens/monumentos. Monumentos estes que reavivam sua memória e reforçam seus laços de significação e unidade. Todavia, esse diálogo tem que objetivar também a consonância entre o desenvolvimento urbano desenfreado, sua necessidade crescente por espaço e reafirmação em acordo com a história contida em seus bens patrimoniais.

Diante disto, faz-se mister entender que o patrimônio representa simbolicamente a identidade e a memória de um povo. Perceber que o patrimônio não é só um elemento em si, um mero vestígio, mas uma alegoria de um determinado tempo, que está cravado na memória.

A história é dinâmica, não estática e as sociedades acompanham essa dinamicidade. As cidades e seu termômetro social perpassam por essa dinâmica de diferentes formas e provocam diversos impactos sociais, econômicos e culturais. Por isso, faz-se necessário o

reconhecimento da real importância do patrimônio na cultura, na identidade de um povo, em sua noção de pertencimento social e de que esse patrimônio precisa ser preservado, não como demonstração de um momento imutável de nossa história, mas como um período de eventos e significações que suscitaram outros e nos perpetuaram como somos hoje. Além disso, precisamos entender que dentro dessa dinamicidade o “progresso” se faz presente vestido de elementos modernos e provocadores de uma realidade de embates, velocidade de informações e construção de novas ideologias. Todos esses elementos devem estar em consonância para a perpetuação de sociedades que possuam bem-estar social, vivacidade, memória e história. Esse tem que ser “o fim”.

Artigo recebido em 14/01/2017

Aprovado para publicação em 22/02/2017

## Referências

- CANCLINI, Néstor. Los Usos Sociales Del Patrimonio Cultural. In AGUILLAR, Encarnación. *Patrimônio Etnológico. Nuevas Perspectivas de Estudio*. Junta de Andalucía. 1999.
- CHOAY, Françoise. *A Alegoria do Patrimônio*. Tradução: Luciano Vieira Machado. 3ª Ed. – São Paulo: Estação Liberdade: UNESP, 2006.
- FONSECA, Maria Cecília Londres. *O Patrimônio em Processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil*. 2ª edição, Rio de Janeiro: Editora UFRJ; MINC – IPHAN, 2005.
- FUNARI, P. P. A. Os Desafios da Destruição e Conservação do Patrimônio Cultural no Brasil. *Trabalhos de Antropologia e Etnologia*. Porto, 41, 2001.
- HARTOG, François. *Regimes de Historicidade: presentismo e experiências do tempo*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2013. (Coleção História e Historiografia)
- IPHAN – *Carta de Atenas*. Assembleia do Congresso Internacional de Arquitetura Moderna. 1933.
- LE MOS, Carlos A.C. *O Que é Patrimônio Histórico*. São Paulo, Ed. Brasiliense, 2013. Coleção Primeiros Passos – 51.

NOGUEIRA, Antônio Gilberto Ramos. *Por um Inventário dos Sentidos: Mário de Andrade e a concepção de patrimônio e inventário*. São Paulo: Hucitec: FAPESP, 2005.

OLIVEIRA, Lúcia Lippi. *Cultura é Patrimônio: um guia*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2008.

PELEGRINI, Sandra C.A. e FUNARI, Pedro Paulo A. *Patrimônio Histórico e Cultural*. Rio de Janeiro; Zahar, 2006.

\_\_\_\_\_. *O Que é Patrimônio Cultural Imaterial*. São Paulo, Ed. Brasiliense, 2013. Coleção Primeiros Passos – 331.

POULOT, Dominique. Um Ecossistema do Patrimônio. In. CARVALHO, Claudia S. Rodrigues. GRANATO, Marcus. BEZERRA, Rafael Zamorano e BENCHETRIT, Sara Fassa (orgs.) *Um Olhar Contemporâneo Sobre a Preservação do Patrimônio Cultural Material*. Rio de Janeiro. Museu Histórico Nacional, 2008.

\_\_\_\_\_. *Uma História do Patrimônio no Ocidente, séculos XVIII-XXI: do monumento aos valores*. Tradução: Guilherme João de Freitas Teixeira. São Paulo, Estação liberdade 2009.

RIEGL, Alois. *O Culto Moderno dos Monumentos: a sua essência e a sua origem*. Tradução Werner Rothschild Davidsohn. 1ª Edição – São Paulo: Perspectiva, 2014.

SANTIN, Janaina Rigo e SANTOS, Mariana Mattei. *Plano Diretor e Patrimônio histórico: Análise A Partir da Constituição Federal de 1988 e do Estatuto da Cidade*. Revista de Direito da Cidade. Vol.08, nº 2.

SILVA, Tomaz Tadeu da (Org.), HALL, Stuart e WOODWARD, Kathryn. *Identidade e Diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.